

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.083 - GO (2019/0336913-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : AGROPECUARIA QUANTUM LTDA
EMBARGANTE : GUAPEVA AGRONEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA
EMBARGANTE : ÁUREO LUDOVICO DE PAULA
EMBARGANTE : ANGELA CARNEIRO CANEDO DE PAULA
ADVOGADOS : MARCIO ROBERTO JORGE FILHO - GO022152
EDUARDO SIADE - GO029650
CAROLINE FARIA SIADE - GO030355
ARTHUR DE ALCÂNTARA APARECIDO MACHADO -
GO037963
MILENA DE FARIA BARBOSA - GO043481
EMBARGADO : CARAMURU ALIMENTOS S/A
ADVOGADOS : ONOFRE FERREIRA BARBOSA - GO002193
ROBERTO BORGES ARANTES - GO027540

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão em que neguei provimento ao recurso especial de fls. 1.460 - 1.91.

Em seu recurso, a parte embargante sustenta que a decisão embargada padece de erro ao concluir pela ocorrência de inovação no recurso na hipótese, destacando que a tese de suspensão processual por prejudicialidade externa foi suscitada na origem, em forma de incidente, antes do julgamento da apelação.

Intimada, a parte embargada apresentou impugnação, às fls. 1.562 - 1.566 (e-STJ).

Passo a decidir.

Não se verifica a omissão apontada, devendo-se manter a decisão embargada por seus próprios fundamentos. Estão ausentes os pressupostos que dariam ensejo à sua oposição: omissão, obscuridade ou contradição.

O julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pelo embargante, circunstância que não eiva o acórdão de nulidade.

Na hipótese, a decisão foi clara em afastar a tese de prejudicialidade externa por ter sido reconhecida a preclusão da matéria.

Confira-se (e-STJ ,fl. 1.544 - 1.545):

A Corte local enfatizou que a pretensão de suspensão do processo por prejudicialidade externa não foi veiculada pela parte interessada em contestação, nem em apelação, sendo suscitada apenas nas razões de embargos de declaração opostos contra o acórdão da apelação, conforme se verifica do trecho do acórdão abaixo reproduzido (e-STJ, fls. 1.447):

(...)

Nesse contexto, não há como acolher a tese de omissão por parte da Corte local se a parte não requereu previamente a análise da matéria que reputa omissa, deixando para fazê-lo apenas nas razões de embargos de declaração, sob o fundamento de que a Corte deveria ter analisado a matéria de ofício. Na ausência de apresentação da tese pela parte interessada, não há que se cogitar em omissão. A propósito

Ainda que a parte tenha suscitado a matéria antes do julgamento da apelação, respectiva circunstância não afasta a preclusão do tema, por não ter sido levantado nas razões de apelação. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CUMULADA COM INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. DISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. USUCAPIÃO. POSSE QUALIFICADA. AUSÊNCIA. COMODATO VERBAL. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

(...)

3. A jurisprudência desta Corte entende que as matérias já decididas no processo e que não tenham sido impugnadas em momento próprio, inclusive as de ordem pública, sujeitam-se à preclusão consumativa, como ocorreu no caso dos autos.

4. Na hipótese, rever o entendimento do tribunal de origem, de que não há falar em usucapião porque a posse da recorrente decorre de comodato verbal, demandaria a análise de circunstâncias fático-probatórias da causa, procedimento inviável em recurso especial devido à incidência da Súmula nº 7/STJ.

5. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 1527911 / RJ, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Julgamento, 10/2/2020, DJe 12/2/2020).

Verifico, assim, que a parte embargante pretende, sob o pretexto de existência de omissão, o rejugamento da causa.

Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 1º/3/2016)

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora